

Cogeração em Portugal

Pelas sua importância, apresentam-se as principais conclusões da 1.ª Conferência sobre cogeração organizada em Portugal pela respectiva Associação Portuguesa APPEC.

A cogeração em Portugal teve um desenvolvimento assinalável nos últimos 5 anos e a produção de electricidade, por esta forma, situa-se já acima da média da União Europeia. Para a manter são necessárias medidas que criem confiança nos que já investiram, dando-lhes condições para amortizarem os seus investimentos e que motivem e estimulem os que pretendem fazê-lo.

Os projectos de cogeração são estratégicos para muitas empresas, requerem decisões rápidas e implementação em tempo oportuno. Há, contudo, obstáculos que preocupam, nomeadamente no âmbito das questões a seguir indicadas.

a) Enquadramento legal e económico

- A legislação recentemente aprovada dá transparência à cogeração e é equilibrada. Contudo, é insuficiente no que respeita à cogeração em edifícios. Há ainda legislação afectada à cogeração que está antiquada e totalmente desajustada, sendo muitas vezes invocada de forma prepotente e arbitrária, o que cria dificuldades enormes aos investidores.
- A legislação ambiental tem de ter em conta os benefícios para o ambiente, provenientes da cogeração, como tecnologia que reduz significativamente os consumos de energia primária.
- O acesso à rede eléctrica não pode ser privilégio de uma única empresa. É fundamental que os custos a estabelecer para transporte tenham em conta que se trata de uma infra-estrutura pública e, além, disso, muitas vezes com capacidade disponível, onde o transporte de mais alguns kW não tem qualquer significado.
- O tarifário a aplicar à energia entregue à rede acima dos 10 MVA terá de reflectir efectivamente todos os custos evitados.
- A garantia de Estado, em vigor desde 1989, por abaixamento dos preços da electricidade é devida aos cogeradores.

Apesar do empenhamento dos responsáveis na resolução de algumas destas situações, é urgente publicar legislações complementares, reverter a inadequada e harmonizar procedimentos e, mais do que isso, colocar fora do circuito os que tão zelosamente procuram todas as oportunidades para criar barreiras à cogeração.

b) Combustíveis disponíveis para a cogeração

- O fluel óleo tem sido quase exclusivamente o combustível utilizado na cogeração, por falta de alternativas. As suas características continuam a não ser as mais adequadas e tem havido, na generalidade das situações, necessidade de recorrer a fluel óleo de melhor qualidade, mas como é óbvio com encargos adicionais para os cogeradores.
- A aplicação do ISP aos combustíveis utilizados na cogeração, ao contrário do que sucede nos outros países, retira a competitividade às empresas. Compreende-se as dificuldades dos responsáveis pela elaboração do Orçamento de Estado nesta fase de convergência, mas não se pode deixar de anotar que a situação é discriminatória e os cogeradores estão duplamente penalizados, uma vez que, na compra do combustível, o seu poder negociável é pequeno, comparado com um grande cliente com produção centralizada.
- A inexistência de um tarifário para o gás natural é preocupante e desmotivador de investir na cogeração. A situação é inadmissível, a alguns meses da chegada do gás natural e não favorece a utilização deste combustível.
- A transformação das instalações existentes para o gás natural vai requerer, não só o apoio à conversão, mas sobretudo preços competitivos para o combustível.

As empresas, para que possam competir, têm de reduzir os seus custos, procurando alternativas de fornecedores de matéria-prima e de serviços. Na energia eléctrica não podem escolher o fornecedor, resta-lhes como alternativa a cogeração.

As empresas privadas investiram em cogeração, nos últimos 5 anos, cerca de 35 milhões de contos nos quais houve uma participação de dinheiro público da ordem dos 5 milhões de contos. Instalaram-se cerca de 260 MWe, o que representa uma redução no investimento em produção centralizada de largas dezenas de milhões de contos.

Face ao contexto atrás exposto e admitindo que as dificuldades vão sendo progressivamente ultrapassadas, há boas razões para ter confiança no futuro da cogeração. Para o efeito, referem-se três aspectos fundamentais:

a) A cogeração, considerada como a produção combinada de calor e de electricidade com utilização simultânea destes dois produtos, apresenta uma elevada eficiência no uso da energia. Daí resultam benefícios, como:

- Diminuição do consumo de energia;
- Redução significativa da emissão de poluentes;
- Redução dos custos do investimento e exploração.

Estes benefícios posicionam a cogeração como a melhor forma de produzir electricidade, face à economia e ao ambiente.

b) As políticas energéticas, quer a comunitária, quer a nacional, regem-se por três vectores:

- Competitividade
- Segurança de abastecimento
- Protecção ambiental

É indiscutível que a cogeração satisfaz a todos estes aspectos, sendo pois de esperar um futuro promissor.

Investir na cogeração será um desafio. As oportunidades existem e são potenciadas pela chegada do gás natural. O ambiente será concertado, no futuro, a força motora da cogeração.

Os programas comunitários THERMIE e SAVE e o programa nacional ENERGIA são instrumentos importantes, quer no desenvolvimento e promoção de novas tecnologias, quer no apoio à implementação dos projectos de cogeração.

c) Mas para haver mais cogeração, para além do consumo de calor, é necessário existir:

- Vontade política, através de um enquadramento legal e económico ajustado que elimine as barreiras ao processo.
- Mudança de atitude do sector eléctrico, caminhando progressivamente para a cooperação e participação.
- Infraestruturas eléctricas acessíveis aos cogeradores.
- Combustíveis adequados em qualidade, diversidade e preço.

Espera-se que da conjugação de esforços das entidades responsáveis e dos intervenientes em todo este processo resulte o reconhecimento inequívoco dos benefícios da cogeração. □